

Ampliar a mobilização pela reabertura das negociações com o Cruesp e contra os ataques do governo Tarcísio

Segundo semestre será de lutas em defesa dos salários, da permanência estudantil, da educação e dos serviços públicos

Reunidas em 27/6, as entidades que compõem o Fórum das Seis discutiram a necessidade de ampliar a mobilização a partir de agosto, não só pela reabertura das negociações com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), mas também para impedir os crescentes ataques do governo Tarcísio de Freitas à educação, ao funcionalismo e aos serviços públicos (leia mais nas págs. 2 e 3).

Esse foi o entendimento da maioria das assembleias de base na rodada realizada até 21/6, que tinham na pauta o indicativo de retomada da mobilização em agosto.

Fato novo, prática antiga

A concepção do Cruesp para a expressão “fato novo” segue sendo uma incógnita para o Fórum das Seis. Após mais um pedido de agendamento de reuniões técnicas e de negociação, o Cruesp limitou-se a responder que reiterava o conteúdo de sua resposta anterior, ou seja, de que não haveria “fato novo” que justificasse a retomada das negociações.

Mas há! A arrecadação do ICMS nos primeiros cinco meses de 2024 superou todas as expectativas, ficando 14,43% maior que igual período de 2023. Assim como ocorreu no primeiro quadrimestre, os resultados de maio/2024 surpreenderam: a quota-parte do estado (QPE) do ICMS, que corresponde a 75% da arrecadação e sobre a qual incidem os repasses para as universidades, fechou em R\$ 13,594 bi (21,20% a mais que em maio/2023). A equipe técnica da Unesp já prevê que a arre-

Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/2012

	IPCA	IPC-FIPE	Fórum das Seis
Índice	0,46%	0,09 %	0,46%
SR	89,02%	92,32%	89,10%
Reajuste*	12,33%	8,32%	12,24%
Salários perdidos	19,8	16,1	20,3

- A tabela fornece a inflação de maio/24, salário real e reajustes necessários para voltarmos ao poder aquisitivo de 1º/5/2012.
- A sigla SR indica o poder aquisitivo do salário de maio/24 (recebido em junho/24) em relação ao de 1º de maio de 2012.
- De maio/2012 a maio/2024, deixamos de receber o equivalente a 20,3 salários (incluindo os 13º).
Obs.: O índice utilizado pelo Fórum das Seis baseia-se no ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data.

cadação, projetada pela Secretaria da Fazenda em R\$ 154 bi, chegará ao final do ano superior a R\$ 160 bi, podendo surpreender ainda mais.

Na única negociação realizada na data-base de 2024, em 16 de maio, os reitores já trabalhavam com dados de arrecadação de R\$ 157 bi. É evidente que há fatos novos a discutir com o Fórum das Seis. Vale lembrar, inclusive, o compromisso assumido pelo Cruesp em 2023, de realização mensal de reuniões técnicas.

Recusar-se ao diálogo com as entidades representativas é uma conduta antiga e de revoltante lembrança para as categorias. O Fórum das Seis reitera a solicitação de nova reunião técnica, seguida de mesa de negociação. Além das perdas salariais (o quadro mostra que ainda falta um reajuste de 12,24% para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012), é preciso que os reitores discutam com o Fórum das Seis os demais pontos da **Pauta Unificada 2024**. A negativa em fazê-lo contribui para aumentar a constatação de que as universidades querem seguir ampliando suas reservas à custa de arrocho salarial e omissão frente às crescentes demandas da permanência estudantil e de melhorias nas condições de trabalho e estudo.

Aparente paradoxo. Só aparente

Durante sessão do Conselho Universitário da Unesp, em 26/6, o reitor Pasqual Barretti quis dar uma cutucada no Fórum das Seis. Frente às cobranças dos/as representantes da Adunesp e Sintunesp na reunião, ele apontou: “Uma hora vocês falam que as universidades têm muito dinheiro, outra hora falam que faltam recursos... vocês precisam se decidir.” Na realidade, ambas as afirmações

estão corretas.

As universidades têm reservas financeiras robustas atualmente, em grande medida por conta do arrocho salarial, do congelamento dos tempos aquisitivos durante a pandemia (efeito da LC 173/2020), da ausência de contratações e outros. Por outro lado, é fato que os 9,57% do ICMS-QPE, índice congelado desde 1995, não dá conta de atender às reais necessidades das três instituições, submetidas a expressivo crescimento a partir dos anos 2000, sem que houvesse aumento de recursos. O número de *campi*, cursos, vagas, dissertações e teses, entre outros indicadores, aumentou muito nesse período. Estudo elaborado pelo Fórum das Seis, comparando dados de 1995 com 2021, mostram que o total de estudantes de graduação, por exemplo, cresceu 100% na Unesp, 104% na Unicamp e 81,7% na USP. Já o total de docentes e técnico-administrativos manteve-se igual ou sofreu redução no mesmo período.

Vale ainda lembrar que, de fato, o repasse não é de 9,57% do ICMS-QPE, uma vez que são descontados do cálculo valores referentes a programas de habitação e dívida ativa, entre outros. (Para mais detalhes, consulte o boletim do GT Verbas, acessível no link <https://bit.ly/bgtv0624>)

Ampliar a mobilização

Entre as propostas discutidas na reunião do F6 em 27/6, com vistas à retomada da mobilização em agosto, está uma campanha de pedidos de moções às congregações locais: pela reabertura de negociações entre Cruesp e Fórum, rejeição à PEC 9/2023 e defesa do financiamento adequado às universidades com o advento da reforma tributária.



minuto FORUM das seis

Nº 14, de 27/6/2024

Michele Schultz, coordenadora do Fórum das Seis e presidenta da Adusp, comenta a aprovação do projeto de LDO 2025 e a retomada da mobilização no segundo semestre: contra o arrocho salarial e pela permanência estudantil!

<https://bit.ly/3VZ472B>

Alesp aprova LDO 2025 com previsão de cortes na Fapesp. Expressão “no mínimo” é devolvida no artigo sobre as universidades, mas índice não se altera

Jornada de Tarcísio contra a educação não vai parar. PEC 9, que ameaça o conjunto da educação pública paulista, exige reação e mobilização

O projeto de lei (PL) 302/2024, contendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, foi aprovada no plenário da Assembleia Legislativa na noite de 25/6, com 46 votos a favor e 12 contra, após obstrução da bancada de oposição e, também, de alguns parlamentares da base do governo.

Apesar das muitas manifestações e apelos da comunidade acadêmica e científica, de reitores das universidades públicas do estado e até de entidades do setor privado, o relatório do deputado Barros Munhoz (PSDB) manteve o inciso IV do artigo 22 do projeto, que permite ao governo reduzir até 30% do orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em 2025. Para justificar a medida, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) baseou-se num instrumento previsto na Emenda Constitucional (EC) 132, que instituiu a reforma tributária no ano passado. Diz o dispositivo que “são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes”. Parlamentares de oposição já anunciaram a intenção de questionar a manobra judicialmente, uma vez que fere o previsto na Constituição paulista, que garante à Fapesp no mínimo 1% das receitas tributárias líquidas do estado.

Em seu relatório, Munhoz procurou amenizar o golpe. Após se dizer “admirador” do trabalho desenvolvido pela Fapesp, ele escreve que a inclusão do dispositivo não implicará, necessariamente, em redução de recursos, pois cabe à Assembleia Legislativa “analisar a proposta orçamentária anual encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo, e caso seja constatada a previsão de recursos aquém do necessário para a Fapesp, esta casa de leis terá a prerrogativa de suplementá-las (sic) e salvaguardar o pleno desempenho e desenvolvimento da aludida fundação, que é um orgulho para o Estado de São Paulo e para o Brasil, sendo uma das principais instituições de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país, com mais de 60 anos de história.”

Deputadas e deputados da oposição falaram na tribuna contra o ataque à Fapesp. Beth Sahão (PT) relacionou a gigantesca renúncia fiscal ao ataque à Fapesp. “Enquanto garante R\$ 71,5 bilhões em renúncia fiscal em



Audiência pública na Alesp, em 21/5, em defesa da Fapesp, organizada pelo mandato da deputada Beth Sahão (PT)

2025, para favorecer os empresários, especialmente o agronegócio, o governador tem a coragem de propor o confisco de R\$ 600 milhões da Fapesp”, criticou.

A bancada do PT havia apresentado um voto em separado (uma espécie de relatório paralelo) na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da casa, no qual acatava as demandas consideradas relevantes. “Somos favoráveis a diretrizes que não foram acatadas pelo relator da LDO, principalmente em relação à Fapesp e à educação”, disse o deputado Luiz Claudio Marcolino, vice-presidente da CFOP.

Guilherme Cortez (PSOL), ex-aluno de Direito da Unesp de Franca, destacou que, não por acaso, o PL 302/2024 não trazia uma única proposta relativa à prevenção dos efeitos da crise climática. “Além de ignorar a gravidade da situação climática, o governador ainda ousa atacar um dos órgãos de pesquisa mais importantes do país, que é a Fapesp.” Cortez fez a defesa de mais recursos para as universidades estaduais, lembrando que elas se mantêm com os mesmos 9,57% desde 1995, embora nestes quase 30 anos tenham crescido expressivamente em número de campi, cursos, vagas e estudantes.

No mínimo

A versão inicial do PL 302/2024, que chegou à Alesp em 2/6, trazia uma “novidade” desastrosa. No mesmo montante previsto para USP, Unesp e Unicamp, foram inseridas outras três instituições públicas: a Faculdade de Medicina de Marília (Famema), a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Frente à reação das entidades representativas, dos reitores e de vários setores da sociedade, que repercutiu na imprensa, Tarcísio anunciou o recuo no dia seguinte.

Tão logo o PL 302/2024 começou a tramitar na Alesp, o Fórum das Seis enviou

propostas de emendas a todos/as os/as parlamentares, voltadas a ampliar os recursos para o conjunto da educação pública, as universidades e o Centro Paula Souza, e reverter o ataque contra a Fapesp. Elas foram subscritas por deputados e deputadas de partidos de oposição na Alesp (PT, PSOL e PCdoB).

Para a educação pública, uma das emendas propunha aumento de 30% para 33% das receitas do estado. Em relação às universidades estaduais, havia emendas propondo o aumento dos recursos – atualmente, elas recebem 9,57% da quota-parte do estado no ICMS. Para o Centro Paula Souza, autarquia que administra as mais de 300 escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC), e que fica à mercê da decisão do governador a cada ano, a proposta do Fórum das Seis previa dotação orçamentária de 3,3% do ICMS-QPE.

Nenhuma das emendas propostas pelo Fórum das Seis foi acatada. Nas relativas às universidades, o único ponto positivo foi a devolução da expressão “no mínimo” no artigo 5º, antes dos 9,57% do ICMS-QPE.

PEC 9 é próximo ataque de Tarcísio

Ainda tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa a proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023, enviada pelo governador Tarcísio de Freitas no final do ano passado. A mobilização dos movimentos sindical e social – somada à obstrução sistemática da bancada de oposição, tendo à frente a deputada Professora Bebel (PT) – conseguiu impedir até este momento a aprovação na CCJR, último passo necessário para que a PEC vá à votação em plenário. Nos bastidores, no entanto, a informação é que a base governista voltará à carga no início do segundo semestre.

A PEC 9 prevê a redução da verba orçamentária destinada à educação pública dos atuais 30% para 25% das receitas do estado. Isso corresponde a uma perda anual de cerca de R\$ 10 bilhões nos recursos da educação pública, o que afetaria drasticamente a rede pública de educação básica, o Centro Paula Souza e as universidades estaduais.

Corte de verbas, privatizações, militarização de escolas, negacionismo da ciência... Sem reação, o governo Tarcísio vai tratorar os serviços públicos e os direitos do funcionalismo. Vamos reagir!

A educação na mira da extrema direita paulista

A aprovação da possibilidade de corte de até 30% dos recursos da Fapesp em 2025 não é raio em céu de brigadeiro. O atual governo do estado de São Paulo, liderado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu vice, Felício Ramuth (PSD), elegeu a educação, a ciência e os serviços públicos como alvos centrais.

A sequência de ataques é grande. Os mais recentes incluem a aprovação de projeto na Assembleia Legislativa que permite a privatização da gestão de escolas da rede estadual; a primeira licitação, envolvendo 33 escolas, está prevista para setembro. Pouco antes, em 21/5/2024, sob cassetetes e bombas da tropa de choque contra manifestantes contrários, a maioria estudantes, foi aprovado na mesma casa o projeto de implantação de escolas cívico-militares no estado. Em resolução publicada no Diário Oficial de 20/6/2024, a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) informa que os militares contratados para atuar nas unidades escolares que se tornarem cívico-militar serão responsáveis por ministrar, no contraturno, atividades extracurriculares intituladas “Projeto Valores”, uma nova roupagem para a famigerada disciplina de “Educação Moral e Cívica” existente no período da ditadura militar no país.

O aumento da violência policial, que bate recordes sob o comando do secre-



Manifestação em São Paulo, contra a PEC 9 (Reprodução: Carta Capital)

tário Guilherme Derrite – em 2023, a PM paulista matou 34% a mais do que em 2022, mais de uma morte por dia – é outra faceta do governo Tarcísio-Ramuth que visa captar o apoio da parcela da população que simpatiza com as políticas da extrema direita.

Os ataques que miram diretamente os serviços públicos passam não só pela possibilidade de cortes na Fapesp (aprovada na LDO 2025), ou pela PEC 9/2023 (ainda em tramitação, como descrito na pág. 2), mas também pela privatização de empresas públicas de grande interesse para a iniciativa

privada, como Sabesp (já aprovada), Metrô, CPTM e outras, além do possível fechamento de órgãos públicos e venda de seus prédios.

A intencionalidade do governo pode ser atestada com o “Plano São Paulo na Direção Certa”, decreto nº 68.538/2024, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 23/5/2024. O decreto “dispõe sobre diretrizes e ações a serem implementadas para modernização da Administração Pública estadual, expansão do investimento, eficiência do gasto público e redução de despesas correntes, e dá providências correlatas”.

Para as categorias do funcionalismo estadual que negociam diretamente com o governo, a política tem sido de arrocho salarial e ameaça de retirada de direitos por meio da reforma administrativa (que o governo pretende anunciar em breve).

Vamos reagir!

Assistiu ao debate sobre reforma tributária e financiamento das universidades estaduais? Se não, veja agora

Bastante esclarecedor, o debate promovido pelo Fórum das Seis no dia 25/6, no campus da Unesp de Bauru e com transmissão ao vivo, abordou possíveis impactos que a reforma tributária (EC 132/2023), aprovada no Congresso Nacional em dezembro passado, poderá trazer ao financiamento das universidades estaduais paulistas. Quem não conseguiu assistir ao vivo, pode acessar a gravação da atividade em <https://tinyurl.com/debateF6>



Em breve, o Fórum divulgará um boletim de cobertura do debate.

Acesse este boletim *online* aqui

